



Prefeitura do Município de Assaí

LEALDADE
NOBREZA
RIQUEZA
PODER

ESTADO DO PARANÁ
Avenida Rio de Janeiro, 720, 1º Andar – Fone (043) 3262-1313 – CEP 86.220-000
E-mail: assaí@assaí.pr.gov.br

GESTÃO 2017 - 2020

PROJETO DE LEI N. 085/2018

SÚMULA: ALTERA A ORGANIZAÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA E DOS CARGOS DE ADVOGADO E ASSESSOR DE ASSUNTOS JURÍDICOS, INSTITUIDOS PELAS LEIS MUNICIPAIS Nº 1614/2018 E 1269/2013 QUE DISPOE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E QUE DISCIPLINA O CARGO EFETIVO DE ADVOGADO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE:

LEI

- Art. 1º.** Altera a estrutura administrativa para, transferir os cargos de Assessor de Assuntos Jurídicos e Agente Universitário-Advogado a Estrutura Administrativa da Procuradoria Jurídica Municipal, mantendo-se no todos os demais requisitos e atribuições do cargo.
- Art. 2º.** Ficam mantidos os vencimentos e atribuições inerentes ao cargo desempenhado pelos agentes públicos a cargo da Procuradoria Jurídica Municipal.
- Art. 3º.** Fica alterada a Jornada de Trabalho dos cargos de Procurador Adjunto, de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, mantendo as demais disposições contidas na Lei Municipal nº 1614/2018 e 1269/2013 respectivamente.
- Art. 4º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todo e qualquer dispositivo que trate matéria contrária.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ASSAÍ, ESTADO DO PARANÁ AOS 14 DE NOVEMBRO DE 2018.

Acacio Secci
Prefeito Municipal



Prefeitura do Município de Assaí

LEALDADE
NOBREZA
RIQUEZA
PODER

ESTADO DO PARANÁ
Avenida Rio de Janeiro, 720, 1º Andar – Fone (043) 3262-1313 – CEP 86.220-000
E-mail: assaí@assaí.pr.gov.br
GESTÃO 2017 - 2020

MENSAGEM DE JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

O presente Projeto visa garantir a isonomia, entre os poderes relativa a reorganização da Procuradoria Jurídica Municipal, no que diz respeito a alocação dos agentes jurídicos que desempenham atividades no âmbito do Município de Assaí.

Alem da reestruturação que se destina através desta proposta de lei, cabe também o requerimento para fins de proceder à redução da carga horária destes profissionais, em sentido de adequar a carga horária municipal a Legislação Federal específica de que trata o cargo.

Neste sentido, convêm observar que, correlacionado aos Procuradores e Advogados Públicos, há previsão no Estatuto da Advocacia, vide Lei Federal nº 8.906/1994, em seu Artigo 7º, I, que ao advogado é direito: “*I- exercer, com liberdade, a profissão em todo território nacional*”.

Também, é previsto a independência profissional constante do Art. 18, que garante a possibilidade desta redução de carga horária, eis que: “*Art.18. A relação de emprego, na qualidade de advogado, não retira a isenção técnica nem reduz a independência profissional inerente à advocacia.*”, garantindo assim todos os deveres inerentes a profissão perante a municipalidade.

Diz com bastante clareza a Lei Federal, que contraria a instituída por este Município, em seu Art. 20, a relativização da carga horária que:

“*Art. 20. A jornada de trabalho do advogado empregado, no exercício da profissão, não poderá exceder a duração diária de quatro horas contínuas e a de vinte horas*”



Prefeitura do Município de Assaí

LEALDADE
NOBREZA
RIQUEZA
PODER

ESTADO DO PARANÁ
Avenida Rio de Janeiro, 720, 1º Andar – Fone (043) 3262-1313 – CEP 86.220-000
E-mail: assai@assai.pr.gov.br

GESTÃO 2017 - 2020

semanais, salvo acordo ou convenção coletiva ou em caso de dedicação exclusiva.”

Desse modo, uma vez que trata de uma lei que busca senão o interesse público acima de tudo a permissibilidade, no sentido de garantir com essa redução ao aprimoramento profissional dos profissionais jurídicos, a aprovação de Vossas Senhorias é o que se espera até porquanto a realidade de todos os demais municípios a mencionar São Sebastião da Amoreira, Nova América da Colina, Santa Cecília do Pavão, Cornélio Procópio, Ibiporã entre outras assim como as casas legislativas, inclusive Vossos Profissionais, adotam a carga horária unificada de 20 (vinte) horas semanais, em cumprimento a Lei Federal.

Notório é o fato de que para o concurso que se realizará, os cargos de Advogados respeitarão a carga horária de 20 (vinte) horas conforme a Lei Federal, daí a isonomia buscada.

É diante desta e de outras leis que permitirão que o concurso a ser realizado na brevidade possa garantir um quadro efetivo de profissionais fixos regulando toda a situação relativa a servidores no Município de Assaí.

É a justificativa.

Assaí 14 de novembro de 2018.

ACÁCIO SECCI

Prefeito Municipal